

DO GOVERNO PROVISÓRIO AO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA: 30 ANOS DE INTRIGAS POLÍTICAS NO GOVERNO CATARINENSE

Marcos Juvencio de Moraes - PUCRS – marcosjmoraes@gmail.com

RESUMO

Por longos ou curtos períodos de tempo, o Brasil foi sempre um país de árduos conflitos internos, sendo eles políticos, econômicos e sociais, envolvendo suas elites administrativas, suas elites políticas e conseqüentemente acarretando nas disputas pelo poder do Estado Nacional. Um país que durante toda sua história foi governado por pessoas oriundas das classes favorecidas pelos sistemas econômicos que se instalaram e que sempre ditaram os rumos da Nação. Disputas políticas, intrigas, conflitos étnicos e golpes marcaram a política nacional e marcaram também o foco de estudo deste trabalho, a política de nacionalização no Estado de Santa Catarina. Para tanto dividimos o artigo em duas partes, a primeira traz uma discussão latente e inquietante de dois grupos políticos distintos que em um primeiro momento se organizavam na agremiação do Partido Republicano Catarinense e que posteriormente se dividiu em outras forças, como o Partido Liberal. Na segunda parte intitulada: “1930: A morte dos Republicanos e o triunfo do grupo nacionalista”, traremos uma discussão de como um grupo econômico/político se sobrepõe ao outro. Mostrando que as forças que dominavam a política catarinense com o passar do tempo e o surgimento de novas ideias, perderam espaço para o grupo Ramos acendente politicamente com a incorporação da ideologia nacionalista. Propomo-nos neste artigo analisar e refletir sobre estas relações de poder dos grupos estaduais representados, de um lado, pelo progresso urbano-industrial e de outro, pelo agrário-nacional estruturado no latifúndio, ou seja, na preservação da grande propriedade. Mostraremos a origem política de tais grupos, quais os interesses defendidos por eles e a que medidas a política de nacionalização influenciará na luta pela afirmação destes grupos no poder do Estado de Santa Catarina na Primeira República.

Palavras-chave: Nacionalização; Política; Latifundiários x Industriais

Latifundiários/nacionalistas x industriais/germanistas: A guerra pelo poder do Estado de Santa Catarina

Para que possamos entender a política do Estado de Santa Catarina nos tempos do Estado Novo, devemos pensá-la como um processo histórico construído desde os tempos da formação dos partidos na Primeira República e quais os envolvidos neste processo. Desta forma teremos a compreensão de quais ideais cada partido defendeu no período estudado.

Nos últimos anos do Império Brasileiro, havia no Estado de Santa Catarina três partidos políticos de maior influência: os Liberais, que se encontravam no poder, os Conservadores, no

momento excluídos dos principais cargos políticos e os Republicanos, que eram minoria, mas que vieram a tomar posse do Governo do Estado por decorrência do que aconteceu no cenário nacional. A articulação republicana era visível em Santa Catarina, apesar de eles comporem uma minoria. Ainda nos últimos anos do império fundou-se o Clube Republicano em Desterro, na data de 13 de agosto de 1885. Este tinha como função disseminar as idéias republicanas no Estado e através de seus jornais propagandear candidaturas políticas. Alguns dos jornais Republicanos presentes no Estado de Santa Catarina eram: *A Voz do Povo* de 1885, que circulava em Desterro; *Evolução* de 1886 distribuído em Tijucas; *Folha Livre* de 1887, presente em Joinville e *O Sul* de 1889 (NECKEL, 2003, p. 9).

Apesar da articulação republicana dentro da província de Santa Catarina, eles possuíam apenas 200 eleitores em 1887. Possuíam também 15 clubes, mas o número de associados ainda era reduzido. Temos como exemplo o Clube Republicano de Desterro, com somente 17 membros associados. Desta maneira é certo afirmar que “o Partido Liberal e o Partido Conservador aglutinavam as principais forças políticas no período imperial” (NECKEL, 2003, p. 10).

Com a Proclamação da República, a tomada do governo do Brasil por Deodoro da Fonseca e a vitória dos Republicanos em âmbito nacional, as forças políticas republicanas dos Estados trataram de tomar os governos de acordo com suas necessidades. Em Santa Catarina, os Republicanos representavam uma minoria política, mas nada impediu que tomassem o governo estadual no dia 17 de novembro de 1889.

Com a nova ordem estabelecida longe do poder dos partidos derrotados do Império, tais políticos, Conservadores, buscavam retomar seus cargos políticos e tornarem-se visíveis novamente nas disputas pelo poder. Para tanto, os Republicanos precisavam de apoio das antigas oligarquias, pois tinham um número reduzido de filiados em Santa Catarina. Desta forma, num primeiro momento organizou-se uma junta eleitoral composta por Republicanos, por Conservadores, que declararam apoio aos novos detentores do poder e por militares. Cabe ressaltar a importância do poder militar na instauração das novas forças, tanto em âmbito estadual como nacional. A junta eleitoral organizou-se da seguinte forma: João Batista do Rego Barros¹, comandante do 15º Batalhão de Infantaria –BI; Raulino Júlio Adolfo Horn²,

¹ **João Batista do Rego Barros Cavalcanti de Albuquerque.** Foi tenente-coronel em 1884, coronel em 1889, reformado como brigadeiro em 1890 e promovido a marechal-de-campo em 1892. Foi condecorado com a medalha de guerra contra o Paraguai pela Argentina. Com a proclamação da república foi um dos três membros da junta governativa (PIAZZA, 1985).

² **Raulino Júlio Adolfo Horn** nasceu em Laguna, 1 de julho de 1849. Foi um farmacêutico, jornalista e

presidente do Clube Republicano e Alexandre Marcelino Bayma³, chefe do Partido Conservador. Estes formaram o primeiro governo do Partido Republicano de Santa Catarina. No dia 17 de novembro de 1889 realizaram-se no Palácio do Governo as comemorações festivas de posse. Encontravam-se no local muitos Republicanos e tantos outros Conservadores que declararam seu apoio ao novo governo, tendo seus interesses representados na junta que tomou posse. Posteriormente, foi a vez dos Liberais declarar apoio a República. No dia 21 do mesmo mês se pronunciaram em apoio aos Republicanos (NECKEL, 2003, p. 11).

No entanto podemos perceber o jogo de interesses dos políticos Liberais, Conservadores e Republicanos na composição da elite política que tomaria as rédeas do governo do Estado. Independentemente da ordem estabelecida, no que nos parece, o objetivo de tais envolvidos era manter-se vivo na governabilidade e nas decisões que ditariam o rumo da sociedade. Ainda podemos notar que o golpe da proclamação da República elevou em nível estadual uma minoria política, em relação a Conservadores e Liberais, que passou a ditar as regras. É esta minoria que em primeira estância aceita o apoio dos seus oponentes, até o momento em que se firmassem no poder. Enquanto isso os opositores se “vendiam” apoiando os novos detentores do poder.

A Junta Eleitoral que tomou posse no dia 17 de novembro de 1889 cedeu o governo para Lauro Müller⁴ no dia 2 de dezembro do mesmo ano. Lauro Müller foi nomeado pelo

político brasileiro. Formado em farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi fundador do Partido Republicano Catarinense, em 27 de junho de 1887, e do clube abolicionista do Desterro. Com a proclamação da república foi um dos três membros da junta governativa catarinense. Na ocasião em que Lauro Müller assumiu o primeiro governo republicano, foi o primeiro vice-governador do estado, tendo assumido o governo de 24 de agosto a 29 de setembro de 1890 e de 5 de outubro a 8 de outubro de 1890, passando o governo ao segundo vice-governador Gustavo Richard, seguindo para o Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de senador da república, de 1890 a 1899. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 10ª legislatura (1919-1921), na 11ª legislatura (1922-1924) e na 12ª legislatura (1925-1927). Presidente da Assembléia nas 10ª e 11ª legislaturas, substituiu o governador Hercílio Luz por quatro vezes, de 24 de abril a 28 de maio de 1920, de 30 de agosto a 27 de setembro de 1920, de 31 de outubro de 1921 a 12 de agosto de 1922, e de 16 de agosto a 28 de setembro de 1922. Faleceu em Florianópolis, 26 de setembro de 1927 (PIAZZA, 1985).

³ **Alexandre Marcelino Bayma.** Nacido na Província do Maranhão, 15 de fevereiro de 1839. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1865, ingressando no exército como segundo-tenente-cirurgião. Foi general-de-brigada em 1897. Foi condecorado como cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo. Foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 24ª legislatura (1882-1883) e na 25ª legislatura (1884-1885). Com a proclamação da república foi um dos três membros da junta governativa. Foi deputado à Assembleia Constituinte do Estado de Santa Catarina e à 1ª legislatura, de 1892 a 1894. faleceu em fevereiro de 1904 (PIAZZA, 1985).

⁴ **Lauro Severiano Muller** nasceu em Itajaí no dia 8 de novembro de 1836. Fez estudos primários em sua terra e posteriormente seguiu para o Rio de Janeiro. Teve duas carreiras paralelas, a de militar e a de político. Na vida militar foi Alferes em 1885, 2º Tenente em 1889, 1º Tenente em 1890, Major em 1900, Tenente-Coronel em 1906, Coronel em 1912, General de Brigada em 1914 e General de Divisão em 1921. Na carreira política foi

Presidente da República Deodoro da Fonseca para ser o chefe do Governo de Santa Catarina. Tornando visível que Liberais e Conservadores não teriam mais espaço nas políticas republicanas. Lauro Muller era descendente direto da primeira leva de imigrantes alemães que vieram para o Brasil em 1829. Foi egresso da Escola Militar e aos 26 anos foi o primeiro governador do Estado de Santa Catarina, nomeado logo após a Proclamação da República. Lauro Muller manteve sua política no plano federal, atuando no Senado e junto ao governo de Rodrigues Alves, sendo ministro da Viação e Obras Públicas (AURAS, 1991, p.102). É possível que defendesse os interesses das áreas de imigração, mas como não atuava no cenário estadual, dando prioridade ao federal, não se envolveu nas relações políticas de grupos opositores no Estado.

No período de transição do Império para a República houve grandes atritos entre as elites ascendentes e as oligarquias que perdiam seu prestígio. Os atritos eram certamente entre as diferenças contrastantes dos três partidos políticos no que envolvia a substituição do velho pelo novo. Mas isso segundo Neckel não foi retratado como deveria ser:

Houve uma grande insistência na ampla e pronta adesão, sem grandes alterações da ordem na cidade. Através dos registros dos jornais, dos documentos oficiais da época, acompanha-se a preocupação em destacar a harmonia, ordem e tranquilidade que caracterizaram a chegada da república (2003, p. 14)

Tudo não passava de táticas para não preocupar o povo com as diferenças da República e do Império. Os discursos de progresso para o Estado substituíam o pessimismo da mudança. Os jornais tinham o papel de reproduzir tais discursos. Pois “em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder” (CAPELATO, 2009, p.76). E é através da propaganda trazida pelos meios de comunicação que se socializa uma notícia, seja ela verdadeira ou não, com a massa populacional. Deste modo a nova política vigente, republicana, apostou na comunicação através dos jornais para convencer o povo que tudo “reinava” na mais perfeita ordem. O que não foi possível, pois as tensões eram maiores que os momentos de calma e os conflitos tomaram conta da “harmonia política”. “A implantação da República em Santa Catarina foi feita em meio a acirradas disputas pelos cargos políticos e

indicado para Governador em 1889, em 1891 foi Deputado à Assembléia Nacional Constituinte e a 1ª Legislatura de 1891-1893. Deputado Federal a 2ª Legislatura 1894-1896, à 3ª Legislatura 1897-1899, Senador à 4ª Legislatura por nove anos 1900-1908. Foi ministro da Viação e Obras Públicas do Governo de Rodrigues Alves e no ano de 1907 voltou a ser senador para completando o mandato de Gustavo Richard. Novamente Senador no ano de 1912, eleito por nove anos e renunciando no mesmo ano para assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Em 1917 volta a ser Senador ocupando a cadeira de Abdon Batista renunciante. Senador por nove anos eleito em 1921. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras e faleceu em 30.7.1926 (PIAZZA, 1994, p.359).

por novas formas de distinção social” (NECKEL, 2003, p. 15).

Os conflitos começaram a se acirrar quando Lauro Muller, baseado na Lei Cesário Alvim, dissolveu em 7 de janeiro de 1890 as Câmaras Municipais e instituiu os Conselhos Municipais, com poder para nomear os intendentes, cuja maior parte deles pertenciam aos Clubes Republicanos (NECKEL, 2003, p. 16). Nesta perspectiva, o poder dos Republicanos aumentava cada vez mais, enquanto o poder dos Liberais e Conservadores iam diminuindo gradativamente. As novas formas administrativas do novo sistema só beneficiavam os Republicanos, os únicos que teriam voz ativa nas decisões políticas, prejudicando os partidos Conservador e Liberal, chamados pelos Republicanos de ex-monarquistas. A fragmentação das Câmaras Municipais acabaram por eliminar o restante dos políticos Liberais possuidores de cargos de comando, “o desmonte das câmaras municipais representou a perda do poder político para os antigos membros do Partido Liberal” (NECKEL, 2003, p.16), enquanto a criação dos Conselhos Municipais tratou de consolidar os Republicanos nos cargos de controle político.

Para aumentar os atritos, os Republicanos no mesmo ano de 1890 organizaram uma chapa para as eleições de 15 de novembro. Nesta chapa já não havia mais nenhum Conservador e nenhum Liberal. Estes partidos, se vendo fora dos planos Republicanos, trataram de unir forças para disputarem as mesmas eleições, para manterem-se ativos nos cargos políticos. Nas eleições daquele ano, os Republicanos se elegeram em todos os cargos disputados, três Senadores e quatro Deputados Federais (NECKEL, 2003, p. 16-18).

Cabe analisar que diante de grandes mudanças, há por traz grandes interesses. Os políticos Conservadores e Liberais trocaram com os Republicanos apoio político por cargos administrativos. No entanto, no momento em que os Republicanos contornaram as suas necessidades internas, excluíram os outros partidos de sua administração, deixando Liberais e Conservadores fora do páreo político. Aconteceu então de estes dois partidos se unirem e formarem a Aliança Nacional, tentando manter viva a esperança política dentro da República. Mas entendemos que o sistema eleitoral elaborado pelos Republicanos beneficiava única e exclusivamente a chapa da situação e por este motivo, por contar com o aparelho estatal, não deixaram possibilidades para que a recém formada Aliança Nacional elegeesse algum representante.

Como reflexo do aparelhamento do Estado na mão dos Republicanos, no ano de 1894 Hercílio Luz⁵ foi eleito governador do Estado de Santa Catarina, o segundo a exercer esse

⁵ **Hercílio Pedro da Luz** é natural de Desterro, SC, nascido em 26 de maio de 1860. Estudou na sua cidade natal, posteriormente ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e cursou faculdade de agronomia

cargo depois do advento da república e o primeiro a ser eleito pelo voto direto. As aparentes preocupações do governador se voltavam para a economia do Estado, extremamente precária, baseada na produção açoriana de farinha de mandioca, uma das principais exportações de Santa Catarina até o momento. Este produto, por ser de baixa qualidade, perdia espaço nas vendas do Estado, que buscava outras alternativas para o crescimento econômico. Era o momento propício para Hercílio Luz retribuir os votos depositados nele nas eleições da qual se elegeu. As áreas de imigração se mostravam propícias para a acumulação capitalista, “eram os primeiros embriões de expressivos estabelecimentos industriais” (AURAS, 1991, p.105). Os imigrantes da região de Blumenau, Joinville entre outras cidades, mesma região que Hercílio Luz ascendeu politicamente e passou a defender seus interesses, se mostravam qualificados para a produção capitalista. Já vieram para o Brasil com uma bagagem cultural da qual já tinham assimilado o processo de produção moderna, lembrando que a Alemanha neste período já era industrializada. As áreas de imigração começaram a acumulação pelo excedente dos produtos agrícolas, passando por pequenos estabelecimentos de compra e venda, posteriormente pela instalação de casas de crédito e conseqüentemente a instalação das primeiras indústrias, que eram abastecidas pela mão-de-obra qualificada vinda diretamente da Alemanha por levadas de imigrantes. Contudo, para que houvesse um maior desenvolvimento da região, Hercílio Luz propôs um projeto de lei⁶ para uma reestruturação da política tributária do Estado, da qual era “reflexo da hegemonia dos interesses agrários, coronelísticos, que se mantiveram, até então, incontestáveis, graças à ausência de adversários políticos a altura de seu domínio” (AURAS, 1991, p.108). Adversário político que acabara de surgir, mas que ainda esbarrava na grande influência dos latifundiários sobre a política estadual. A proposta de Hercílio Luz foi reformulada pelos latifundiários serranos que continuaram a pagar menos impostos do que os imigrantes germânicos do Norte do Estado e do Vale do Itajaí, ocasionando o começo do conflito entre os grupos agrário e industrial. Hercílio Luz só

na Bélgica. Foi Juiz Comissário de Terras em Lages em 1886, Engenheiro da Província em 1888 e 1891, Engenheiro de Obras Públicas do Estado em 1889 e chefe da Comissão de Terras de Blumenau em 1891, entre outros cargos. Na carreira política começou liderando a reação republicana em Blumenau contra a junta eleitoral instalada em Desterro no ano de 1892, culminando no seu governo provisório em 1893. Foi novamente Governador do Estado em 1894-1898, Conselheiro Municipal de Florianópolis em 1898-1902, Deputado à 4ª Legislatura em 1900-1902 renunciando por ter sido eleito Senador da República na mesma Legislatura com mandato de seis anos. Novamente Senador no ano de 1906-1914 pela 6ª Legislatura que lhe dava nove anos no poder, pela 9ª Legislatura foi também Senador com novo mandato de nove anos 1915-1924, renunciando, pois em 1918-1921, foi eleito Governador do Estado. Governador do Estado também em 1922-1924. Faleceu em 20 outubro de 1924 em Florianópolis (PIAZZA, 1994, p.313).

⁶ Lei nº 175 de 04/10/1895, que propunha o imposto igualitário sobre a terra e sobre o capital. Foi aprovada pelo Conselho Representativo com as seguintes exigências: “Ficam sujeitos apenas à metade do imposto as terras dos municípios da região serrana, enquanto esta não for ligada ao litoral do Estado por estrada que dê fácil saída aos produtos de sua lavoura e industria” (apud AURAS, 1991, p. 110).

voltaria a governar o Estado vinte anos mais tarde, o que nos leva a pensar, até que ponto o poder dos latifundiários influenciaram nos rumos de Santa Catarina. Criaram-se intrigas e atritos que alimentavam as discórdias entre os interesses políticos desses dois grupos adversários, que só vieram a romper definitivamente na segunda ruptura do partido republicano (AURAS, 1991, p.105-110).

A primeira ruptura aconteceu em 1900 por ocasião das eleições legislativas. Neste período o governador do Estado era Felipe Schmidt⁷ (1886-1902), indicado por seu primo Lauro Muller. Este último tinha como função escolher ou indicar os nomes para Governador do Estado, vice-governador, Deputados Federais e Senadores. Nota-se o grande prestígio de Lauro Müller no Partido Republicano. Outra figura importante da política republicana e envolvido nas primeiras discussões dentro do partido era Hercílio Luz, do qual seus interesses já conhecemos. Este tinha como função indicar os Deputados Estaduais. Os primeiros atritos aconteceram pelo fato de Felipe Schmidt ter indicado os nomes para Deputados Estaduais sem consultar Hercílio Luz, que era quem deveria fazer as indicações. A partir desse momento Hercílio Luz, que se vê cada vez mais afastado da política de Lauro Muller, discorreu fortes críticas, em seu jornal *República*, ao governo de Felipe Schmidt e ao afastamento de Lauro Muller da política estadual. Para defesa de sua pessoa, Felipe Schmidt funda o jornal *O Dia* e Hercílio Luz começa a se aproximar dos remanescentes Federalistas (CORRÊA, 1984, p. 19-20; NECKEL, 2003, p. 35).

As divisões dentro do Partido republicano não se tratavam nada mais, nada menos do que o jogo de interesses de representações e do atrito entre Hercílio Luz e Lauro Muller, disputando em todos os momentos o prestígio do mais alto grau dentro da mesma instituição partidária, ou seja, cada um deles tinha seus “preferidos”, de acordo com os seus interesses, e cada um deles tinha sua função dentro do partido, no momento em que as fronteiras entre eles eram ultrapassadas os embates entre ambos começavam. Fica claro, que apesar do Partido Republicano ser único no Estado, as divergências dos políticos daquela instituição se estendiam ao grande público, através dos meios de comunicação, jornais, dos mesmos. O que

⁷ **Felipe Schmidt** nasceu em Lages, SC, na data de 4 de maio de 1859. Ainda pequeno mudou-se para Tijucas onde fez seus primeiros estudos, concluídos em Desterro. Na carreira Militar foi Alferes-aluno em 1881, 2º Tenente de Artilharia em 1882. Trabalhou na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e na estrada de União da Vitória-Palmas, entre outros trabalhos militares no Estado e Nação. Foi 1º Tenente em 1883, Capitão em 1890, Major em 1892 e Tenente-Coronel em 1900. General de Brigada em 1918 e Reformado como General de Divisão em por volta de 1919. Na carreira política foi Deputado à Assembléia Nacional Constituinte em 1891 e a 1ª Legislatura de 1891-1893. Governador de Santa Catarina em 1898-1902, Senador na vaga de Lauro Muller em 1909 e posteriormente novamente Senador por nove anos de mandato 1909, mas renunciou por ser eleito Governador do Estado (1914-1918). Senador por cinco anos completando o mandato de Hercílio Luz eleito Governador em 1919 e Senador por nove anos em 1924. Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de maio de 1930 (PIAZZA, 1994, p.515-516).

se pretendia com isso era diminuir o prestígio do adversário e aumentar o número de seguidores ao seu favor, nem que para isso precisasse aliar-se a outros políticos partidários.

Os Federalistas que posteriormente a sua revolução foram praticamente extintos da política estadual conseguiram manter dois nomes ativos nas disputas, Elizeu Guilherme da Silva⁸ e Dorval Melchhiades de Souza⁹. Estes foram os Federalistas remanescentes no cenário político, dos quais Hercílio Luz se aproximou. Tal divisão partidária se resolveu com as articulações entre Republicanos e Federalistas, formando uma aliança e uma chapa mista para as eleições do Senado, composta por três Republicanos, entre eles Hercílio Luz, e dois Federalistas. Com a chapa composta e eleita, Lauro Muller concorreu e se elegeu Governador do Estado de Santa Catarina e Vidal Ramos¹⁰, Vice-Governador (1902-1906). Lembramos que Hercílio Luz nesse momento se encontrava no Senado. Neste período decidiu-se entre os Republicanos que o Presidente do Partido seria sempre o Governador do Estado. Cabe ressaltar que Hercílio Luz e Lauro Muller eram inimigos políticos, mas faziam parte, até

⁸ **Elizeu Guilherme da Silva** é natural de São José, SC, a 20 de setembro de 1843. cursou farmácia em Montevidéu, Uruguai, e faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Na vida Militar foi Alferes da 1ª Cia. Do 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Laguna em 1868, Tenente Coronel Comandante do 1º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional do Desterro 1880. Na vida política foi Vereador da Câmara Municipal do Desterro e seu Presidente. Deputado à Assembléia Legislativa Provincial à 22ª Legislatura (1878-1879), à 23ª legislatura (1880-1881), à 24ª legislatura (1882-1883), à 25ª legislatura (1884-1885) e à 27ª legislatura (1888-1889). Funda em 1890 com Severo Pereira, a “união Nacional” que posteriormente vira “União Federalista”. Foi Deputado a Assembléia Constituinte Estadual e à 1ª legislatura de 1892-1894, presidente da Assembléia em 1892 e 1893 e Vice-Presidente do Estado se tornando Presidente com a renúncia do Presidente Manoel Joaquim Machado a 1893 entregando logo o governo para Nunes Pires, por pressão dos adversários como Hercílio Luz. Deputado a 4ª Legislatura 1901-1903, 1º Secretário do Congresso em 1902, Deputado Federal a 6ª legislatura (1906-1908), à 11ª legislatura (1921-1923) e também a 12ª legislatura (1924-1926). Faleceu no Rio de Janeiro em 16.4.1928 (PIAZZA, 1994, p.523).

⁹ **Dorval Melchhiades de Souza** nasceu em Desterro, SC, em 29 de novembro de 1869. Na carreira Militar matriculou-se no Colégio Naval sendo Aspirante da Marinha na Proclamação da República em 1889, 1º Tenente em 1890, Capitão-Tenente em 1893, Capital de Corveta em 1897, Capital de Fragata em 1913 e Capitão-de-mar-e-guerra em 1918. Reformado Contra-Almirante, Capitão dos portos de Santa Catarina e Comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiros no Estado. Na política foi Deputado à Assembléia Legislativa do Estado à 1º legislatura no ano de 1892-1894, suplente de secretário em 1893, Deputado ao Congresso Representativo do Estado a 4ª legislatura 1901-1903, também Deputado na 5ª legislatura 1904-1906, segundo Secretário do Congresso em 1904, 1905 e 1906. Deputado Estadual em 1907-1909 pela 6ª legislatura, 1º secretário do Congresso em 1907 e Vice-Presidente do Congresso em 1908-1909. Deputado à Assembléia Constituinte Estadual em 1910 e à 7ª legislatura 1910-1912, Vice-Presidente da Assembléia e do Congresso em 1910-1911. Deputado Estadual da 8ª legislatura de 1913-1915 e da 9ª legislatura em 1916-1918. Presidente do Congresso em 1918, Deputado Estadual em 1925-1927 à 12ª legislatura, Superintendente Municipal de Florianópolis em 1918. Vice-Governador em 1914-1918, renunciando seu cargo. Deputado à Assembléia Constituinte Estadual em 1928 e à 13ª legislatura 1928-1930. Faleceu em 30 de julho de 1940 no Rio de Janeiro (PIAZZA, 1994, p.543).

¹⁰ **Vidal José de Oliveira Ramos Júnior** nasceu em Lages, 24 de outubro de 1866. Foi Governador de Santa Catarina, de 28 de setembro de 1910 a 20 de junho de 1914, senador pelo mesmo estado, de 1915 a 1929. Foi deputado à Assembléia Legislativa Provincial na 26ª legislatura, de 1886 a 1887, deputado estadual na 1ª legislatura, de 1894 a 1895, na 2ª legislatura, de 1896 a 1897, na 4ª legislatura, de 1901 a 1903. Foi deputado federal na 6ª legislatura, de 1906 a 1908, na 7ª legislatura, de 1909 a 1911, renunciando em 1910, na 13ª legislatura, de 1927 a 1929. Além da política foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (PIAZZA, 1985).

então, do mesmo Partido Republicano e juntos formavam uma força política muito grande. Como Lauro Muller nunca visou o plano estadual para atuação, Vidal Ramos vice-governador se tornaria o chefe supremo de Santa Catarina, assim que Lauro Muller deixasse o cargo para atuar no plano federal (CORRÊA, 1984, p.20-21).

Quando Hercílio Luz se aproximou dos Federalistas, ressurgiram das cinzas da revolução derrotada dois políticos de grandes carreiras políticas. Assim por desentendimentos entre os Republicanos, os Federalistas aproveitaram-se da situação e se elegeram para dois cargos no Senado. Ainda neste contexto, Lauro Muller, o nome mais poderoso dos Republicanos, se tornou, mesmo que por pouco tempo, o governador do Estado, o indicador de todos os cargos políticos e o presidente do Partido Republicano. A partir da posse de Vidal Ramos no governo, devido à renúncia de Lauro Muller, surge no cenário estadual um latifundiário das terras lageanas, representante do grupo agrário-nacional que posteriormente viria a se contrapor a política de Hercílio Luz, representante do grupo urbano-industrial. Certamente, no que tudo indica, a partir daí começaria os conflitos de interesse político entre ambos. Conflitos que passaram a ser maiores no segundo governo de Vidal Ramos (1910-1914), quando se propõe a nacionalização do sistema de ensino.

O processo de nacionalização do ensino em Santa Catarina foi acima de tudo político. Através da implementação de normas para se nacionalizar o povo do Estado se atingiu, em grande escala, as regiões de imigração alemã, centradas nas regiões do Vale do Itajaí e Norte do Estado. Se o governo de Vidal Ramos representava o grupo agrário, certamente tinha como oposição a indústria ascendente da região germânica e enfraquecendo o adversário ele estaria fortalecendo seu grupo. O método utilizado nesse momento é o processo de nacionalização do ensino, que na década de 30 foi reorganizado, ampliado e aplicado com maior ênfase por Nereu Ramos¹¹.

Em seu primeiro governo, Vidal Ramos já havia providenciado padres para a formação de um colégio na capital do Estado para cuidar da educação dos meninos, o Colégio

¹¹ **Nereu de Oliveira Ramos** nasceu em Lages no dia 3 de setembro de 1888. Estudou no colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo 1909. Em sua carreira política foi Deputado ao Congresso Representativo do Estado à 7ª legislatura em 1911, Deputado Estadual à 10ª legislatura em 1919-1921, participou da Reação Republicana em 1922 e integrou a Aliança Liberal em 1927. Deputado a Camada dos Deputados em 1930-1932 pela 14ª legislatura, dissolvida em 1930. Deputado Federal à Constituinte Nacional de 1934 e a 1ª legislatura de 1934-1937. Foi Governador do Estado de Santa Catarina de 1935-1937 e interventor Federal de 1937-1945. Fundou o Partido Social Democrático em 1945 e foi Deputado a Assembléia Nacional Constituinte de 1946 de onde foi membro da Grande Comissão Constitucional no mesmo ano. Senador em 1946-1951 pelo Partido Social Democrático, Vice-Presidente da República em 1946-1950, Presidente da Câmara dos deputados em 1951-1954, Senador em 1955-1958, Presidente do Senado e como tal Presidente da República de 11.11.1955 a 31.1.1956, por fim foi Ministro da Justiça em 1956-1957. Faleceu em desastre aéreo no data de 16 de junho de 1958 em Curitiba (PIAZZA, 1994, p.474).

Catarinense. Anos mais tarde em seu segundo mandato, 1910, ele dá continuidade ao incentivo a escolaridade pública no Estado. Neste governo vai se instituir a primeira reforma do ensino catarinense, a Primeira Nacionalização do Ensino. Orestes Guimarães foi trazido de São Paulo para estruturar tais objetivos no Estado de Santa Catarina. Ele já havia trabalhado no Norte do Estado, reorganizando em 1907 o Colégio Municipal de Joinville. Para o Estado, a reforma de Vidal e Orestes, representou avanço na educação pública primária com a criação da Escola Normal, do Grupo Escolar, da Escola Isolada, da Escola Reunida e da Escola complementar (AURAS, 1991, p.150). Foram construídos e reformados estabelecimentos de ensino além da modificação do currículo, programas e, sobretudo, o controle sobre a ação educativa (MONTEIRO, 1983, p.55). Já em âmbito político a reforma deu sustentabilidade ao discurso de nacionalização do governo. Monteiro diz que a intervenção do Estado na educação regularizava a língua portuguesa como obrigatória e oficial nas salas de aula e que as escolas particulares deveriam franquear a visita de qualquer autoridade escolar e anualmente enviar relatórios sobre o movimento estatístico para o Estado (1983, p.56). A implantação da língua portuguesa nas escolas atingiu diretamente as áreas de imigração alemã que tinham números consideráveis de escolas particulares mantidas pelos imigrantes que falavam a língua alemã (NASCIMENTO, 2009, p.10). Entendemos que as áreas que o projeto visava nacionalizar, no que tudo indica, eram as de imigração, as áreas de base política dos adversários. Com as medidas governamentais da primeira nacionalização se enfraquecia a cultura alemã no ambiente escolar, mas ainda não restringia ao uso da língua estrangeira fora da escola, o que vai acontecer com a segunda nacionalização do ensino, no governo de Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos. Não seria mera coincidência pensarmos que os dois projetos de nacionalização, apesar de diferentes, mas com objetivos em comum, vieram de um mesmo grupo político e de um laço consangüíneo.

A nacionalização não atingiu somente a população imigrante e seus descendentes, mas também os políticos com raízes estrangeiras. Principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial o projeto de nacionalização ganha corpo e passa a ser bem visto pelo Governo Federal (AURAS, 1991, p.150-151). As relações diplomáticas rompidas entre Brasil e Alemanha em 1917 despertaram em Santa Catarina manifestações de brasilidade. O Governo Federal passou a desconfiar da lealdade do imigrante e do Governo de Santa Catarina, na figura de Felipe Schimdt, adepto da política de Lauro Muller. Com os “olhos abertos” para o Estado catarinense passou-se a se preocupar com a integração das “terras germânicas” ao resto da nação. A escola teria o papel estratégico de ação na implantação das medidas nacionalizadoras. Escolas que não ensinavam em português e as que ensinavam, mas não de

“maneira eficiente”, eram fechadas pelos governos de Felipe Schimdt e Hercílio Luz (NASCIMENTO, 2009, p. 7-9). Vemos que os governos de interesses comuns as áreas de colonização, passaram a ser enquadrados pelo Estado brasileiro no momento de guerra. Processo que não enfraqueceu o poder deles nas políticas posteriores a guerra, talvez, pela habilidade política desses homens de “pular” para o lado mais forte no momento de crise. No pós-guerra, os interesses entre os grupos adversários dentro do Partido Republicano irão se confrontar e haverá a ruptura definitiva do latifúndio e da indústria.

A segunda divisão dos Republicanos aconteceu em 1920 quando surge efetivamente uma oposição ao governo de Hercílio Luz. Foi nesta década que surgiram novos políticos que delinearão os futuros do Estado. A “revolução” de 30 possibilitou que esta oposição da década de 20 assumisse o poder do Estado e deslanchasse medidas discriminatórias no sentido de ferir interesses oriundos do Vale do Itajaí (AURAS, 1991, p.101). Entre os políticos ascendentes nessa década estavam Nereu Ramos, Henrique Rupp Junior¹² e Adolpho Konder¹³, sucessor de Hercílio Luz. A ruptura do Partido se deu por interesses diferentes entre Hercílio Luz, presidente do Partido Republicano e Vidal Ramos, vice-presidente. Hercílio Luz tinha ficado fora do cargo de governador do Estado por longos anos de sua carreira política, acompanhando do “lado de fora” o desenvolvimento da economia catarinense. Deste ângulo assistiu

A resolução da questão dos limites com o Paraná (...); a aplicação e a consolidação do povoamento do Oeste; o fim da Primeira Guerra Mundial e o desenvolvimento industrial do litoral norte [que] proporcionaram condições para o processo de modernização do Estado (AURAS, 1991, p.112).

¹² **Henrique Rupp Junior** nasceu em Joinville, SC, no dia 27 de março de 1880. Estudou em São Leopoldo no colégio Nossa Senhora da Conceição no Rio Grande do Sul, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Dedicou-se a advocacia e a política. Foi deputado ao Congresso representativo do Estado à 6ª legislatura (1907-1909), 2º secretário do Congresso em 1908 e 1909, Deputado Estadual à 10ª legislatura em 1919-1921, também Deputado na 11ª legislatura (1923-1924). Fundou os jornais “O Estado” e “A Pátria”. Foi um dos estruturadores da Aliança Liberal e posteriormente a 1930 fundou a Legião Republicana. Entre outras coisas foi diretor da Companhia Colonizadora Hanseática, e fundador da UDN em Santa Catarina sendo Deputado em 1935-1937 por tal Partido. Faleceu na cidade de Florianópolis (PIAZZA, 1994, p.504).

¹³ **Adolpho Konder** é natural de Itajaí, SC, do dia 16 de fevereiro de 1884. Estudou em Itajaí e Blumenau (1894), cursou humanidades no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, RS, Bacharelou-se em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Redatoriu o jornal “Novidades” em Itajaí, foi indicado por Hercílio Luz, Secretário de Estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura em 1920. Deputado à Câmara dos Deputados à 11ª legislatura no ano de 1921-1923, Deputado Federal à 12ª legislatura 1924-1926, Governador em 1926-1930, Senador pelo Partido Republicano em 1930. “Cassado” retornou a política em 1933, Deputado à Assembléia Constituinte Nacional de 1935 e à 1ª legislatura de 1935-1937 pela coligação “Por Santa Catarina”. Junto a Aristiliano Ramos e Henrique Rupp Junior fundou a UDN em 1945 da qual dirigiu. Faleceu em 24 de setembro de 1956 no Rio de Janeiro (PIAZZA, 1994, p.271)

Condições de modernização que influíram em grande parte na retomada, por Hercílio Luz, do projeto da reforma tributária elaborado no seu primeiro governo, visando o imposto sobre a “fortuna territorial” (AURAS, 1991, p. 112). Queria ele atacar seus adversários e enfraquecer o poder da “terra” na política. O projeto reacendido contribuiu, de certa forma, para a ruptura dos grupos em combate, dos quais Corrêa destaca: “era a força pecuarista contra um governo urbano-comercial” (1984, p.27).

O imposto territorial (...) passou a integrar o centro do sistema financeiro vigente no Estado. Passou, por outro lado, a ser a alavanca propulsora da constituição de um grupo de oposição às forças governistas modernizantes, consubstanciado na família Ramos, tradicionalmente ligada aos interesses latifundiários (AURAS, 1991, p.115).

A corrente liderada por Vidal Ramos era composta por grandes latifundiários da região serrana e a corrente liderada por Hercílio Luz por comerciantes e industriais que a compunham. Durante o governo de Luz os latifundiários pagaram mais impostos, durante os Ramos no poder o movimento era inverso (NECKEL, 2003, p. 37).

Numa das tantas indicações de nomes para eleições, Vidal Ramos indicou para compor a chapa Republicana seu filho Nereu, mas por intervenção de Hercílio Luz, Nereu Ramos não fez parte dos planos Republicanos. Essa situação, somada a outras argumentadas nas páginas anteriores, acarretou na saída de Vidal Ramos e Nereu Ramos do Partido Republicano da capital e a fundação, por estes últimos, da Reação Republicana em 1921, fazendo o papel de oposição ao governo de Hercílio Luz. Posteriormente, os Ramos se aproximaram do Partido Democrático Nacional de Santa Catarina e do Libertador do Rio Grande do Sul, fundando no Estado o Partido Liberal e em 1929 articulando seus interesses com a Aliança Liberal. As forças políticas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e outros Estados como Minas Gerais iam se aglutinando e formando uma grande frente contra o Governo Republicano Nacional (CORRÊA, 1984, p.31-34).

É de significativa importância compararmos a primeira ruptura do Partido Republicano com a segunda: As duas envolveram o nome de Hercílio Luz, a primeira quando ele tinha um papel secundário na política do partido e a segunda quando tinha assumido a posição de maior influência na instituição, devido o afastamento de Lauro Muller. As duas rupturas aconteceram também pelo jogo de indicações e secessões dos políticos e de seus respectivos cargos, pois no que nos parece, eles ao terminar suas carreiras apresentavam novos políticos para os seus lugares. Por traz de tais rupturas estavam sempre as ideologias de tais políticos

representantes de políticas de interesses regionais. A família Ramos alicerçada sobre a fortuna territorial vinha se distanciando da política hercílita representante do trabalho na indústria da região germânica do Estado. Os interesses eram contrastantes, enquanto de um lado se buscava a acumulação de capital nas cidades, o outro acumulava a riqueza do campo, mas os dois tinham um ponto em comum, a herança política para as futuras gerações. “(...) O processo político catarinense foi de um continuísmo oligárquico em que as preocupações maiores estavam em deixar no poder os membros de um partido único unidos entre si por laços consangüíneos” (CORRÊA, 1984, p.26). Vidal deixou como legado Candido¹⁴, Aristiliano¹⁵ e Nereu, todos da família Ramos. Já Hercílio Luz deixou como seu sucessor Adolpho Konder, o patriarca da família Konder que governava o Estado de Santa Catarina quando se instaurou o golpe de 1930, onde perdeu o poder para os Ramos. “A revolução de trinta alijou do poder os Konder”. (AURAS, 1991, p.100)

Enquanto o Partido Republicano era o mais poderoso do Estado, o jogo de indicações e de secessões se dava através de laços consangüíneos como destacou Corrêa. As oligarquias familiares compuseram grande parte da história política de Santa Catarina. “Os nomes se revezavam no poder, mas quando estavam fora dele não perdiam as rédeas do controle partidário através da participação na Comissão Executiva do Partido” (CORRÊA, 1984, p.26). Conseqüentemente eram sempre os mesmos homens a governar o Estado, dentro ou fora dos cargos políticos. Homens que buscavam construir a história do Estado através do seu ponto de vista político, para assim, se legitimarem como os verdadeiros representantes do povo brasileiro e catarinense. Usufruíam de intelectuais e das produções destes em favor de suas pretensões. A fundação do Instituto histórico e Geográfico de Santa Catarina no primeiro governo de Hercílio Luz (1894-1898) encarregava-se da construção da história do Estado. Porém este órgão público só ganhou caráter político a partir do governo de Vidal Ramos

¹⁴ **Cândido de Oliveira Ramos** nasceu em Lages em 11 de março de 1889. Fez os primeiros estudos na fazenda de seu pai, posteriormente foi para o Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, RS e formou-se em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro em 1913. Trabalhou na Primeira Guerra Mundial dando cuidados ao Exército Francês, posteriormente lecionou na universidade de Paris, voltou ao Brasil e participou da Revolução de 1930. Foi também Secretário de Estado da fazenda, Viação e Obras Públicas e Agricultura em 1930-1932, depois Deputado à Câmara em 1934-1937 eleito pelo Partido Liberal Catarinense, Senador em 1935, posteriormente voltou a Lages para cuidar de sua fazenda. Faleceu em 23 de outubro de 1949 em Cannes na França (PIAZZA, 1994, p.469).

¹⁵ **Aristiliano Laureano Ramos** é natural de Lages, SC, do dia 10 de maio de 1888. Fez seus estudos na fazenda Morrinhos, Colégio São José, Lages e o curso de Humanidade no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo RS. Dedicou-se ao jornalismo político. Foi Deputado ao Congresso Representativo do Estado à 9ª legislatura de 1916-1918, Suplente de Secretário do Congresso em 1916-1917-1918-1919-1920, Deputado do Estado à 10ª legislatura em 1919-1921 e Superintendente Municipal de Lages 1927-1930. Chefiou uma das colunas da Revolução de 1930. Interventor Federal nomeando em 1933 e deixando o cargo em 1935. Um dos fundadores da UDN em 1945, posteriormente passou a integrar o PSD de Nereu Ramos e por último foi Deputado à Câmara em 1959-1962. Faleceu em Lages em 17 de abril de 1976 (PIAZZA, 1994, p. 466).

(1902-1906) e do interesse latifundiário-nacionalista, quando surge a primeira fase do instituto, afirmando nas suas produções científicas a brasilidade dos luso-brasileiros, isto é, buscou-se nas origens e nas tradições a “verdadeira” etnia representante da nação brasileira. A primeira fase do instituto histórico do Estado teve por caráter afirmar os lusos e, anos mais tarde, os açorianos como os legítimos fundadores da nação e do Estado de Santa Catarina. Primeira fase que perdurou até 1920, que por coincidência ou não, Hercílio Luz se elegeu governador. Presume-se que os embates étnicos-políticos estavam presentes nas mais variadas formas de produção e socialização de conhecimento, seja por jornais, produções científicas ou discurso políticos (MORAES, 2008, p.5-6).

A hegemonia do partido republicano começou a perder forças no momento da segunda ruptura de seus políticos e as articulações dos Liberais na década de 30, sob o manto protetor do nacionalismo, que já aparecia nas primeiras décadas do século XX. Acabaram por dilacerar com as áreas de poder republicano e com os políticos que as defendiam.

1930: A morte dos Republicanos e o triunfo do grupo nacionalista

O ano de 1930 foi um marco muito importante na história do Estado de Santa Catarina, assim como também na política nacional. Neste ano aconteceram eleições para Governo do Estado, Deputados Federais, Senadores e Presidente da República. Os Republicanos do Estado vinham desde cedo se articulando para tais eleições, sendo que os candidatos indicados pelo partido certamente seriam eleitos devido à estrutura política criada pelos Republicanos em Santa Catarina, necessariamente tornando seu poder mais forte diante do recém criado Partido Liberal. Havia nesse momento histórico, no cenário nacional, a candidatura de uma chapa com duas figuras fortemente conhecidas em seus Estados: Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, para presidente e João Pessoa, de Minas Gerais, para vice-presidente. Fruto dessas articulações e da fundação da Aliança Liberal no ano de 1929 por Rio Grande do Sul e Minas Gerais, fundou-se em Santa Catarina, em reflexo das organizações nacionais, o Comitê da Aliança Liberal no dia 2 de outubro do mesmo ano.

Esse mesmo ano de 1930 permeou discussões sobre educação, envolvendo projetos de nacionalização do ensino. Na década de 1920 corriam pelo país reformas da instrução pública que foram vetadas pelos acontecimentos dos anos 1930. Daí em diante, institui-se uma nova forma de ensino e de escola. As instituições escolares passaram a ser pensadas por equipes técnicas dos governos municipais e estaduais que mudaram seus aspectos materiais e

simbólicos. No Brasil, assim como em Santa Catarina “a política de intervenção operada na escola visava alterar profundamente o *habitus* pedagógico, combinando a renovação da formação docente com uma séria tentativa de reformar os costumes das famílias” (NUNES, 2001, p.105). A educação era vista como meio primordial para a construção de valores e moldes das condutas (CAPELATO, 2009, p121-122). Tentava-se moldar, através da escola, a vida social de alunos, pais e mestres, tentava-se destruir a organização da década passada e construir uma nova sociedade. “Por trás das modificações produzidas na organização escolar, o que estava em jogo era uma reforma do espírito público” (NUNES, 2001, p.105). O Estado catarinense obedecia a essa ordem de educação, principalmente com o governo de Nereu Ramos, donde os interesses políticos passaram a usufruir do ensino para se nacionalizar a população, especialmente de origem alemã. A escola passou a ter papel difusor da ideologia do sistema dominante, legitimando “a autoridade do Estado enquanto princípio tutelar da sociedade” (NUNES, 2001, p.107). A era Vargas começada nos anos 30, abriu portas para uma reformulação do imaginário social que, para Bronislaw Baczko (1984) citado por Maria Helena Capelato, organiza e controla o tempo coletivo, interfere na produção da memória e na visão do futuro.

A organização da Aliança Liberal em Santa Catarina se fez em Florianópolis e serviu para fazer propaganda eleitoral da chapa à presidência da República. Os membros que compunham a comissão da Aliança Liberal eram pertencentes ao Partido Liberal Catarinense, entre tantos, Nereu Ramos era um deles.

Do Comitê Central faziam parte ainda todos os presidentes honorários e efetivos de todos os Comitês Aliancistas do Estado. Foi também organizada uma comissão de trinta membros para a propaganda do alistamento eleitoral (Folha Nova, Florianópolis, 03.10.1929, p.1, apud CORRÊA, 1984, p.37).

É imprescindível notar que o Partido Liberal Catarinense deu total apoio a Aliança Liberal em Santa Catarina, enquanto os Republicanos mantiveram apoio ao seu governo nacional. É a partir da união com a Aliança Liberal que os Liberais de Santa Catarina, em número reduzido, vão começar a despontar na política do Estado. Lembramos que estes Liberais, entre os quais os Ramos, pertenciam ao grupo de Republicanos descontentes com a sua situação naquele partido.

O primeiro político Catarinense a aderir os ideais da Aliança foi Vidal Ramos, um dos fundadores do Partido Liberal. Houve ainda tentativa de entendimento entre a Aliança Liberal e o Partido Republicano de Santa Catarina, o que não se tornou possível pelo fato de Adolpho

Konder, presidente do Partido Republicano, declarar apoio ao então Presidente da República Washington Luiz. Para disputar as eleições pelos Republicanos o nome de Julio Prestes foi cogitado e posteriormente escolhido (CORRÊA, 1984, p.37-38).

Os Liberais de Santa Catarina não possuíam estrutura financeira para alimentar as campanhas da Aliança no Estado. Eram financiados então pelo Estado do Rio Grande do Sul, que por vezes deixava de repassar as verbas dificultando os trabalhos dos comitês catarinenses. Já os Republicanos não enfrentaram tais dificuldades, possuíam o aparato do Estado nas mãos facilitando as campanhas, seus governos dominavam os municípios tendo maior facilidade de chegar a todos os cantos do Estado. Os Liberais, que nesse momento da história eram oposição ao governo e eram em menor quantidade, se viam obrigados a fazerem excursões por todos os municípios para divulgarem a propaganda de sua chapa (CORRÊA, 1984, p.42). Torna-se evidente a facilidade dos Republicanos em suas campanhas eleitorais. Usavam dos seus políticos municipais para essa divulgação, enquanto os Liberais se organizavam em grupos e submetiam-se a viagens aos quatro cantos do Brasil, para ter chances de competir a eleição, o que se tornava difícil.

Cabe sempre lembrar que os políticos catarinenses sejam do partido Republicano ou Liberal, possuíam suas áreas de influência eleitoral. “Os Ramos (marcados pelo contexto rural) e os Konder-Bornhausen (contexto baseado no deslanchar do processo urbano-industrial)” (AURAS, 1991, p.100-101). Os Bornhausen aparecem no contexto político catarinense a partir da década de 1940 incorporando também a linha dos interesses dos Konder que já vinham desde a Primeira Republica representando as forças industriais do vale do Itajaí e norte do Estado. Os centros de influência da família Konder, “imigrantes alemães e italianos (...) irão sofrer as cruentas investidas nacionalizadoras oriundas dos ‘cononéis’ lageanos, seus adversários políticos na briga pelo comando do aparelho governamental”. (AURAS, 1991, p.101). As medidas discriminatórias oriundas dos projetos de nacionalização se voltaram, de certo modo, para o enfraquecimento dos políticos adversários, tentando assim, manter fortes influências aos seus redutos eleitorais e nos de seus adversários. Medida que já dava resultado no ano de 1930, quando os Liberais venceram as eleições na cidade de Blumenau. Os Ramos enquanto se mantiveram no poder, trataram de manter isolada a sua base eleitoral de Lages, “(...) conservando-a sob características ruralistas — como condição para garantia do ‘curral eleitoral’ que os sustentava no poder” (MUNARIM apud AURAS, 1991, p.110). Ambos os grupos usufruíam a máquina administrativa do Estado, sobretudo em períodos eleitorais, para manter relações de controle sobre o povo de suas bases eleitorais. “O clientelismo, o nepotismo, as pressões sobre os funcionários públicos, são exemplos de práticas comuns às

forças oligárquicas” (AURAS, 1991, p.100). Quem nesse momento estava com o aparato do Estado nas mãos eram os Republicanos e foram eles quem ganharam as eleições de 1930.

Assim as eleições se definiram: os Republicanos que tinham maior poder em relação aos Liberais elegeram para o Senado, Pereira e Oliveira¹⁶ e para a Câmara Federal Edmundo da Luz¹⁷, Abelardo Luz¹⁸ e Fúlvio Coriolano Aducci¹⁹. Os Liberais conseguiram eleger apenas Nereu Ramos para uma das vagas de Deputado Federal. A outra vaga de Senador era de Felipe Schmidt que morreu no mesmo ano de 1930, sendo que para sucedê-lo Adolpho Konder, Governador do Estado, ficou com a vaga. Neste momento Santa Catarina passou a ser governada pelo presidente da Assembléia Legislativa, Bulcão Viana²⁰, em vista do inusitado

¹⁶ **Antônio Pereira da Silva e Oliveira** nasceu na Lapa (até então Província de São Paulo) em 17 de julho de 1848. Foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 24ª legislatura (1882-1883), na 25ª legislatura (1884-1885), na 26ª legislatura (1886-1887) e na 27ª legislatura (1888-1889). Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 1ª legislatura (1894-1895), na 2ª legislatura (1896-1897), na 4ª legislatura (1901-1903), na 5ª legislatura (1904-1906), na 6ª legislatura (1907-1909), e na 7ª legislatura (1910-1912). Foi deputado à Câmara dos Deputados na 8ª legislatura (1912-1914) e na 10ª legislatura (1918-1920). Foi senador do Brasil durante a República Velha, devido ao falecimento do titular, Lauro Müller. Presidente do Congresso Representativo, assumiu o governo do estado por três vezes, de 10 de novembro a 11 de novembro de 1902, de 22 de novembro de 1902 a 6 de março de 1905, e de 30 de outubro de 1905 a 28 de setembro de 1906. Eleito vice-governador, assumiu o governo de 3 de fevereiro a 12 de junho de 1923 e de 9 de maio de 1924 a 20 de novembro de 1925. Faleceu em Florianópolis em 18 de novembro de 1938 (PIAZZA, 1994, p.370-371).

¹⁷ **Edmundo da Luz Pinto** nasceu no Rio de Janeiro em 5 de janeiro de 1898. Foi advogado e político brasileiro. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 10ª legislatura (1919-1921), na 11ª legislatura (1922-1924), e na 12ª legislatura (1925-1927). Renunciou ao último mandato por ter sido eleito deputado federal à 13ª legislatura (1927-1929), sendo reeleito à 14ª legislatura (1930-1932), dissolvida em 1930. Foi diplomata, além de ter sido consagrado membro da Academia Catarinense de Letras. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 15 de julho de 1963 (PIAZZA, 1985).

¹⁸ **Abelardo da Luz** é natural de Desterro, SC, nasceu no dia 28 de setembro de 1890. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 10ª legislatura (1919-1921). Foi deputado federal por Santa Catarina na 13ª legislatura, de 1927 a 1929, e na 14ª legislatura, de 1930 a 1932, legislatura esta dissolvida pela revolução de 1930. Além de ter sido Secretário de Estado do Interior e Justiça em 1921-1922. Falecido. (PIAZZA, 1994, p.310)

¹⁹ **Fúlvio Coriolano Aducci** nasceu em Desterro, no dia 8 de fevereiro de 1884. Entre outros cargos foi Promotor Público e Secretário do Interior e Justiça. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 7ª legislatura (1910-1912), na 8ª legislatura (1913-1915), na 10ª legislatura (1919-1921), na 11ª legislatura (1922-1924), e na 12ª legislatura (1925-1927). Foi deputado federal na 13ª legislatura (1927-1929) e na 14ª legislatura (1930-1932), dissolvida pela revolução de 1930. Foi o último presidente do estado de Santa Catarina na República Velha, eleito para o período 1930 a 1934, presidindo o estado de 29 de setembro a 24 de outubro de 1930, deposto pela revolução de 1930. Faleceu em Florianópolis no dia 8 de agosto de 1955 (PIAZZA, 1994, p.21).

²⁰ **Antônio Vicente Bulcão Viana** natural de São Francisco do Conde, 11 de janeiro de 1875. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1897. Foi médico adjunto do Exército Brasileiro em Santa Catarina. Pertenceu ao corpo clínico do Hospital Militar de Florianópolis, de 1905 até falecer. Serviu como médico também na Bahia, e no Rio Grande do Sul. Como médico do Exército foi Tenente (1900), Capitão (1908), Major (1916), Coronel (1924) e General de Brigada (1929). Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 11ª legislatura (1922 — 1924), na 12ª legislatura (1925 — 1927), e na 13ª legislatura (1928 —

acontecido de o vice-governador Valmor Ribeiro²¹ também estar envolvido nas eleições da Câmara Federal (CORRÊA, 1984, p.43-45).

A campanha dos Liberais resultou na eleição de Nereu Ramos, aquém de suas pretensões, mas um avanço no meio político liderados por seus oponentes. De fato, Nereu Ramos não teve espaço dentro do Partido Republicano e no Partido Liberal se tornara um nome de grande influência, propiciando no mesmo ano e nos anos seguintes o contato com os líderes da Aliança Liberal. Nereu Ramos teve papel fundamental na política dos anos de 1930. Primeiro nas articulações do golpe e a derrubada dos Republicanos e segundo na instauração do Estado Novo. Manteve-se por todo o período do Estado Novo à frente da política catarinense, sendo nomeado pelo governo nacional de Getúlio Vargas. Foi o nome de maior influência no processo de nacionalização, utilizando-se da educação primária para nacionalizar-se o povo, teve como objetivo atingir seus adversários do vale e norte do Estado. “A perseguição aos alemães, por ocasião da primeira guerra mundial, será intensificada após a revolução de trinta, com a entrega do poder estadual aos Ramos” (AURAS, 1991, p.120). Proveniente dos campos lageanos, terras que não sofreram processo de imigração, donde a mão-de-obra se dava por laços clientelísticos alçadas pelo sistema de compadrio, tendo como fonte de renda a criação de gado (AURAS, 1991, p.135), Nereu Ramos tratava de representar a mesma linha política de seu pai, as oligarquias do campo, aqueles que passaram a defender o nacionalismo para se legitimar no embate contra os imigrantes, fortalecendo-se na política estadual com discurso de formação da identidade nacional.

“Logo depois da derrota de Getúlio Vargas a presidência da República, entretanto, começava-se a articular o movimento revolucionário no sul do País” (CORRÊA, 1984, p.48). O movimento “revolucionário”, em prol do golpe de Estado que derrubou o governo nacional de Washington Luiz e abriu portas para a presidência de Getúlio Vargas, deflagrou-se em Porto Alegre em 3 de Outubro de 1930. Para tanto, o movimento teve de atravessar os Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo e chegar até a capital do país, Rio de Janeiro. Essas

1930). Assumiu o governo do estado na administração de Hercílio Luz, de 20 de novembro de 1925 a 28 de setembro de 1926. No governo de Adolfo Konder assumiu novamente o governo do estado, de 26 de março a 28 de setembro de 1930. Faleceu em 25 de março de 1940 na cidade de Florianópolis (PIAZZA, 1994, p.586).

²¹ **Valmor Argemiro Ribeiro Branco** nasceu em Lages no dia 11 de novembro de 1885. Formado em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1912. Foi deputado ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina na 11ª legislatura, de 1922 a 1924. Foi vice-presidente do estado de Santa Catarina de 1926 a 1930, tendo assumido o governo por duas vezes, de 5 de dezembro de 1927 a 1 de fevereiro de 1928 e de 1 de dezembro de 1928 a 19 de fevereiro de 1929. Faleceu em Nova Iorque, 2 de agosto de 1952 (PIAZZA, 1985).

articulações políticas foram desempenhadas pela figura engenhosa de Oswaldo Aranha que junto aos seus assessores construíram uma teia de grupos Liberais espalhados pelos Estados do sul e pregavam os princípios do voto secreto e da diluição da política regionalista de São Paulo e Minas Gerais, além da educação pública extensa e intensa e a publicidade ampla dos gastos oficiais. A partir do início da revolução, os tais grupos deveriam tomar o poder de suas cidades. “O Paraná estava quase que totalmente dentro dos princípios revolucionários e pronto a aderir o comando do major Plínio Tourinho” (CORRÊA, 1984, p.52), enquanto isso em Santa Catarina a situação se encontrava diferente. Sob o Governo de Fúlvio Aducci e dos líderes políticos Adolpho, Vitor²² e Marcos²³ Konder e Antônio Vicente Bulcão Viana, Republicanos, se estabelecia uma resistência política contra o movimento da Aliança Liberal, que deveria ser transposta pelos legalistas rio-grandenses junto a Nereu Ramos e seus aliados (CORRÊA, 1984, p.50-52; PIAZZA, 1983, p.629-30).

O pré-contato com os Liberais tornou mais fácil a passagem dos aliancistas pelo Estado de Santa Catarina, mantendo resistência em apenas alguns municípios e na capital do Estado. Enquanto no Paraná a situação se tornava mais favorável. Interessante é a composição de grupos aliancistas nos municípios, que deveriam tomar o poder quando a revolução eclodisse, assim facilitando ainda mais a passagem e a tomada do poder dos Republicanos pelas forças da Aliança Liberal. Com certeza era composta não apenas por políticos envolvidos nas articulações, mas também por militares simpatizantes ao golpe. Fica clara a separação dos grupos que antes compunham um mesmo partido e agora estão divididos em partidos diferentes. Os diferentes interesses ideológicos que na década de 1920 compunham o Partido Republicano, apenas pelo objetivo de se manterem no poder, se tornaram insustentáveis a partir da guerra travada entre latifundiários e industriais tornando-se inevitável a separação do partido. A correlação de forças consolidou a criação de partidos políticos diferentes que

²² **Vítor Konder** nasceu em Itajaí, 21 de fevereiro de 1886. Estudou no Colégio Santo Antonio de Blumenau e no Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, além de bacharelar-se pela faculdade de Direito de São Paulo. Entre outras atividades foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 10ª legislatura (1919-1921) e na 11ª legislatura (1922-1924). Comandou o Ministério da Viação e Obras Públicas, de 15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930, no governo de Washington Luís. Faleceu no Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1941 (PIAZZA, 1994, 273).

²³ **Marcos Konder** nasceu em Itajaí, 5 de janeiro de 1882. Fez seus estudos primários em escolas particulares de Itajaí, e posteriormente na Colégio Santo Antonio (até Colégio então São Paulo) e Escola Nova Alemã em Blumenau (1881-1887). Fundou o Jornal “Novidades” e foi superintendente municipal (prefeito) interino de Itajaí em 1904 e superintendente efetivo de 1915 a 1930. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 8ª legislatura (1913-1915), na 9ª legislatura (1916-1918), na 10ª legislatura (1919-1921), na 12ª legislatura (1925-1927), na 13ª legislatura (1928-1930). Foi deputado na 1ª legislatura (1935-1937). Pertenceu à Academia Catarinense de Letras. Faleceu em Itajaí a 15 de julho de 1962 (PIAZZA, 1994, p.272).

influíam imagens positivas em direção a grande massa. Mas, apesar da construção das imagens dos indivíduos políticos, seus partidos e ideologias, tanto do lado político agrário quanto do lado urbano-industrial se postaram como diferentes, representavam as faces de uma mesma moeda. “Facções articuladas historicamente constituidoras da burguesia nacional, o bloco agrário e o bloco urbano-industrial, sempre juntos quando se tratava de defender seus interesses patrimoniais frente aos subversivos interesses sociais dos subalternos” (AURAS, 1991, p.159-160). A história tratou de comprovar que ambos os blocos políticos, faziam parte do mesmo interesse. Pois ao fim do Estado Novo foram fundados os partidos em Santa Catarina, PSD pelos Ramos e a UDN pelos Konder que se unificaram na sigla ARENA na ditadura militar começada em 1964 (AURAS, 1991, p.100 e 160). O que se pode entender dos fatos apresentados por Marli Auras é as diferentes conjunturas políticas que tais partidos interagem e escolhem, ou se identificam, com uma determinada ideologia, ou simplesmente interesses individuais. Com tal entendimento podemos acompanhar como se deram as articulações entre Liberais e a tomada do poder do Estado de Santa Catarina.

As articulações para o golpe de estado eclodiu em três de outubro de 1930 por todo o território nacional. O Governo de Santa Catarina se manteve fiel ao presidente Washington Luz e por isso foi invadida pelas forças armadas aliancistas. As forças Liberais eram compostas por militares, políticos e civis. Alguns dos mais conhecidos foram Henrique Rupp Júnior, Ciro Aranha, Oswaldo Aranha, Assis Brasil²⁴, Vidal Ramos, Nereu Ramos entre outros. O território catarinense foi invadido pelo Exército, pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul e por Batalhões Patrióticos devidamente organizados pelos Liberais (CORRÊA, 1984, p.56-57; PIAZZA, 1983, p.630).

Certamente este grupo de políticos aderiu a idéias desenvolvidas nos debates promovidos no Brasil, desde o início da república, que formularam e concentraram críticas profundas sobre o sistema liberalista. Pensamentos que passaram a nortear os discursos dos nacionalistas brasileiros a partir dos anos 20 quando se empenharam na superação do “atraso” do país. Para eles,

A superação do atraso exigia mudanças institucionais, ou seja, a presença de um governo forte,

²⁴

Ptolomeu de Assis Brasil, natural de São Gabriel, RS, a 26 de março de 1878. Assentando praça, combateu a Revolução Federalista. Fez curso de engenharia militar. Promovido a tenente em 1905, a capitão em 1916, a major em 1919 e a tenente-coronel em 1922. Como um dos chefes militares da Revolução de 1930, comandou a coluna que invadiu Santa Catarina. Interventor no Estado (1930-1932), sendo substituído na Interventoria por Rui Zóbaram. Faleceu, no Rio de Janeiro, no posto de General, a 10 de agosto de 1935 (PIAZZA, 1994, p. 110).

autoritário, capaz de integrar o trabalhador nacional na sociedade, solucionar o problema das raças e organizar as massas inorgânicas, formando, por intermédio da educação e da disciplinarização do trabalho, a consciência nacional. (CAPELATO, 2009, p.226)

Para tais pretensões, à medida que as investidas se davam em território catarinense, iam-se instituindo novos governos para as cidades ocupadas e instaurando a nova ordem. Assim como Fontoura Borges do Amaral foi nomeado Prefeito de Araranguá, Sylvino Moreira Lima foi nomeado Prefeito de Tubarão. Essas ocupações das cidades eram possíveis pela organização da Aliança Liberal, foram planejadas rotas de invasões do Estado que caminhavam em direção à capital. Segundo Piazza: “A invasão – em direção à capital (Florianópolis) se fez por três caminhos: pelo litoral, pelo vale do rio do Peixe, e vinda do planalto norte, porquanto, também, o vizinho Estado do Paraná havia aderido a Revolução” (1983, p.630). Para Corrêa as forças aliancistas que vinham do sul eram divididas em duas rotas, uma chamada Coluna “Trifino Corrêa” e a outra “Divisão do Litoral” do General Assis Brasil. Pelo planalto caminhavam as tropas de Waldomiro Lima e Aristiliano Ramos, que se dirigiram juntas a Lages e em Bom Retiro se dividiram indo uma parte para Palhoça e a outra para Blumenau. Outra investida se deu pelo Oeste, por onde Vargas se dirigiu ao Paraná e posteriormente para Rio de Janeiro e por último a investida do Norte que ia de Porto União pra Joinville (1984, p.65).

Notadamente vemos uma divergência entre os autores que descrevem as rotas de invasão e a existência de rotas em Corrêa de que Piazza não deu conhecimento, mas é de grande importância destacar a rota “Divisão do Litoral” do General Assis Brasil, pois este se tornou o comandante de Santa Catarina após a tomada do governo. Em análise dessas rotas podemos notar as investidas das tropas indo em direção a cidades-pólo do Estado, como Lages, Blumenau, Joinville e Florianópolis. Lages era reduto eleitoral da família Ramos. Joinville e Blumenau eram cidades habitadas, na sua maioria, por imigrantes alemães e base eleitoral, até 1930, da família Konder. Florianópolis estava sobre o governo de Aducci, defensor dos interesses Republicanos, diferentes da intenção das tropas Liberais que buscavam atingir os pontos estratégicos dos Republicanos, pois as desavenças entre grupos latifundiário-nacionalistas e urbano-industriais dava ênfase à conquista do poder por uns e a defesa do poder por outros. É certo afirmar que os “rebeldes” tinham a intenção de tomar o maior número de cidades do Estado de Santa Catarina assim como também a capital. Respectivamente as primeiras não impuseram resistência, mas a capital se manteve de portas fechadas para o movimento de instalação de um novo governo.

Com a resistência da capital do Estado, os Liberais sentiram necessidade de formar um

governo paralelo revolucionário em outra cidade catarinense. Foi nomeado Arnaldo Marques Mancebo, chefe da polícia paranaense, Governador de Santa Catarina, fato este que causou descontentamento por parte dos políticos do Estado catarinense. Nereu Ramos foi o principal reivindicador por explicações da nomeação de Mancebo. Telegrafou para Oswaldo Aranha, Getulio Vargas e Tourinho dizendo: “os Liberais de Santa Catarina queriam para o seu Estado os mesmo direitos e as mesmas franquias que tiveram Paraná e demais Estados ocupados” (CORRÊA, 1984, p.63). O descontentamento e a fala de Nereu Ramos vem na perspectiva de “justiça” com o povo catarinense. Queria ele um político catarinense a frente da política catarinense. Isto é, para o governo de Santa Catarina deveria ser indicado um catarinense.

Mesmo assim Mancebo assumiu o governo de Santa Catarina e transferiu a capital para Blumenau. Pode-se pensar que transferindo a capital para Blumenau, o poder Liberal se instituiu no meio do reduto eleitoral republicano até aquele período, pois os Liberais ganharam as eleições de 30 naquela cidade e passaram a manter sobre controle a situação da localidade. Mancebo e Nereu Ramos fizeram acordo de transferência do governo para Waldomiro Lima, chefe das tropas que vinham do planalto, acordo que passou do prazo e não foi cumprido. Neste momento, Henrique Rupp Junior telegrafou para Aranha indicando o nome de Vidal Ramos para assumir o governo de Santa Catarina. Com este telegrama Rupp Junior tiraria Nereu Ramos de uma indicação para o governo e colocaria um nome que Nereu não seria contra. Cabe ressaltar que Henrique Rupp Junior e Nereu Ramos eram inimigos pessoais. Portanto, a atitude de Rupp Junior justificava o sentimento que ele tinha por Nereu, tentando evitar que seu oponente fosse indicado chefe da política estadual. Nesta perspectiva, Vidal Ramos não aceitou a indicação e o governo foi mesmo passado para Waldomiro Lima que não teve muito tempo à frente da política catarinense, pois recebeu ordens de que deveria voltar ao Rio Grande do Sul com suas tropas. Assim feito, passou o governo para Assis Brasil, chefe das forças armadas que vinham do sul. Provavelmente a história seria diferente se João Neves Fontoura, vice-governador de Vargas no Rio Grande do Sul tivesse assumido o governo. Com Fontoura no governo, Nereu Ramos teria certamente sua indicação para governador de Santa Catarina, pela situação amigável de ambos. O que não pode ser realidade, pois Aranha, secretário do interior do Rio Grande do Sul, foi nomeado governador do Estado gaúcho (CORRÊA, 1984, p.61-67).

Evidente é o jogo de indicações feito pelo partido do poder. Quando ainda em tempos de Lauro Muller, Hercílio Luz, Vidal Ramos e seus seguidores, as indicações seguiam o mesmo rumo das indicações do partido Liberal com a tomada do poder. Assim imagina-se que as estruturas de governo nada mudaram, apenas a forma de governar.

Sem energia e abastecimento de água em Florianópolis, cortadas pelas tropas Aliancistas, Fúlvio Aducci se viu na obrigação de renunciar o governo e fugir da ilha. Organizou-se uma junta no dia 24 de outubro que ficou um dia no governo de Santa Catarina, pois no cenário nacional Getúlio Vargas já no dia 25 tinha tomado posse da presidência do Brasil. As tropas que se encontravam em território catarinense aguardando o momento da tomada da capital puderam passar do continente para a ilha e instituir um novo governo em Santa Catarina. Começava o período varguista em todo território nacional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANAIS do XII E. E. História. IV Jornada Nacional de História do Trabalho 21ª 25 de julho de 2008. Criciúma: UNESC, 2008. p.1-13. ISBN 14144190. Marcos Juvêncio de Moraes, **A Construção da Identidade Cultural de Santa Catarina**.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AURAS, Marli. A construção história do condomínio Palaciano Ramos/Konder/Bornhausen. In: **Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos fanáticos do contestado à “opção pelos pequenos”**. PUC/São Paulo. Tese de Doutorado. 1991.
- BORGES, Vany Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.12, nº 23/24, PP. 7-18. Set. 91/ago. 92.
- CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. 2ªed. São Paulo: UNESP, 2009.
- CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARONÉ, Edgard. **Brasil: anos de crise 1930-1945**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- CORRÊA, Carlos Humberto. **Nereu Ramos**. Florianópolis: FCC Edições: Associação Porto Belo de Cultura, 1988.
- _____. **Um estado entre duas repúblicas: A revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35**. Florianópolis: Ed da UFSC, 1984. 259 p.
- D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino: Aspectos Políticos**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1942.
- DRAÍBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FÉLIX Loiva Otero. A História Política Hoje: novas abordagens. **Revista Catarinense de História**. Nº5, 1998, p. 49-67.
- FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: Ensino público e política de assimilação do Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano**. Florianópolis: Secretaria da Educação/Ed. Da UFSC, 1991.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Nereu Ramos: A hora da reconstrução nacional**. Florianópolis: Edição do Autor, 1968.
- LEMONS, Marco Antonio Maringolo. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed da

UFSC, 1983. 748 p.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **A Ideologia Alemã**: Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

_____. **O Manifesto Comunista**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino** uma contribuição à história da educação. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983. 116 p.

NASCIMENTO, Dorval. **Medidas Nacionalizadoras do Ensino Catarinense na Primeira República (1911 1920)**. In: VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL, 2008, Itajaí. Anais - Pesquisa em Educação e Inserção Social. Itajaí: UNIVALI, 2008. P. 1-17.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina**: modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. 105 p.

NUNES, Clarice. As Políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103 – 125.

PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. 2ª ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de SC, 1994. 869 p.

_____. **Dicionário político catarinense**. rev. e ampl. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Est. SC, 1985.

_____. **Santa Catarina: Sua história**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Ed. Lunardelli, 1983.

RAMOS, Nereu. **Discursos**. Florianópolis, 1943.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed. FGV, 1996.

RELATÓRIO apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Presidente da República, pelo dr. Nereu Ramos, Interventor Federal do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1938.

SACHET, Celestino. **Santa Catarina: 100 anos de história**. Florianópolis: Século Catarinense, 1997-1998. 2 v.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 9ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ZANELATTO, João Henrique. **Região, Etnicidade e Política**: O integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930. PUC/Porto Alegre, Tese de Doutorado, 2007.